

Audiência pública debate alta do ISS

Câmara de Santos promove sessão para analisar os benefícios do aumento na arrecadação e os impactos nos custos do Porto

FERNANDA BALBINO

DA REDAÇÃO

Os impactos do reajuste de 3% para 5% da alíquota do Imposto Sobre Serviços (ISS) a ser cobrado das atividades portuárias serão debatidos na tarde de hoje, em uma audiência pública na Câmara Municipal de Santos. O evento acontece a partir das 14h30 e abordará os benefícios do aumento de arrecadação e a possibilidade de fuga de cargas e perda da competitividade do Porto.

As prefeituras de Santos e Guarujá encaminharam, a seus legislativos, projetos de lei para reajustar o ISS apenas para atividades portuárias. A matéria precisa ser aprovada até 31 de dezembro e, segundo as prefeituras, pode garantir uma receita anual de R\$ 64 milhões e R\$ 40 milhões aos municípios, respectivamente. No total, 320 empresas serão afetadas.

De acordo com a Administração Municipal de Santos, levando em conta o faturamento anual, o impacto do reajuste no caixa dos operadores portuários será de 0,02%. O prefeito de Santos, Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) destacou, ain-



Reajuste de 3% para 5% no ISS das atividades do Porto aumentará a arrecadação em R\$ 64 mi em Santos

da, que a medida não incidirá sobre os despachos aduaneiros, o transporte de mercadorias e as atividades de manutenção no Porto.

Para o chefe do Executivo santista, o plano das prefeituras prevê, apenas, uma equiparação das cobranças. Isto porque, em outros municípios por-

tuários como Itajaí (SC), Suape (PE), Imbituba (SC), São Francisco do Sul (SC), Vitória (ES), Rio de Janeiro (RJ), Fortaleza (CE) e Salvador (BA), a alíquo-

ta do ISS é de 5% para essas operações.

Barbosa aponta, ainda, o fato de que o valor arrecadado com os ISS será utilizado no pagamento do empréstimo de R\$ 290 milhões feito para custear obras na entrada da Cidade, que também irão favorecer o acesso ao cais santista. O Estado investirá R\$ 265 milhões em sua etapa dos trabalhos. Já a União, até agora, não se manifestou sobre os investimentos, já que seus projetos ainda não foram concluídos.

CONTRA

Logo após o anúncio, a iniciativa privada reagiu contra o plano de reajuste do ISS. Representantes do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp), da Associação das Empresas do Distrito Industrial e Portuário da Alemoa (AMA), da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), da Associação Comercial de Santos e do Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado de São Paulo (Sindamar) criticaram a decisão e apontaram o risco de prejuízos e até de demissões no setor.

Para os empresários, o aumento do tributo não é compensado com as obras de infraestrutura, necessárias para a operação portuária, como a dos acessos rodoviários. Além disso, a iniciativa privada alega que o aumento do ISS portuário vai onerar a corrente de comércio e encarecer as trocas comerciais, com possibilidade de perda de competitividade em relação aos outros portos brasileiros.

ANDAMENTO

Antes de ser pauta em plenário, a proposta da Prefeitura de Santos tem de ser analisada em três comissões permanentes da Câmara Municipal – Justiça, Redação e Legislação Participativa (CJRLP), Finanças e Orçamento (CFO) e Assuntos Portuários e Marítimos (CAPM).

Cada uma conta com três integrantes, que, regimentalmente, possuem até dez dias para emitir seu parecer – se todos utilizarem o limite do prazo, não haverá tempo para a matéria ser apreciada em plenário, já que a última sessão ordinária do ano ocorre no próximo dia 14.

CARLOS NOGUEIRA